

Pedro **Abi-Eçab**
Rafael Schwez **Kurkowski**

COORDENAÇÃO
Renee do Ó **Souza**



Direito Ambiental

2ª EDIÇÃO REVISTA, ATUALIZADA
E REFORMULADA



- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 10.02.2022
- Os autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Método | Grupo GEN a partir da 2ª edição.
- Capa: Bruno Sales Zorzetto
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

A13d

2. ed.

Abi-Eçab, Pedro

Direito ambiental / Pedro Abi-Eçab, Rafael Schwez Kurkowski; coordenação

Renee do Ó Souza. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Método, 2022.

384 p.; 21 cm. (Método essencial)

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-433-9

1. Direito ambiental – Brasil. 2. Serviço público – Brasil – Concursos. I.

Kurkowski, Rafael Schwez. II. Souza, Renee do Ó. III. Título. IV. Série

22-75961

CDU: 349.6(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

Capítulo 1

Introdução ao Direito Ambiental	1
1.1 Direito Ambiental no Brasil	1
1.2 Antropocentrismo e biocentrismo	3
1.3 A dignidade dos animais não humanos e o direito animal..	5
1.4 Conceito de meio ambiente	6
1.5 Os quatro tipos de meio ambiente	7
1.6 Natureza jurídica do bem ambiental	8
1.7 Estado de Direito Ambiental ou Estado Ecológico de Direito ..	9

Capítulo 2

Princípios do Direito Ambiental.....	11
2.1 Função dos princípios jurídicos	11
2.2 Princípios do Direito Ambiental	12
2.3 Princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado ..	13
2.4 Princípio da precaução e princípio da prevenção.....	13
2.5 Princípio do poluidor-pagador.....	14
2.6 Princípio do usuário-pagador.....	15
2.7 Princípio da transversalidade.....	16
2.8 Princípio da ubiquidade.....	16
2.9 Princípio da função ambiental	17
2.10 Princípio da cooperação	18
2.11 Princípio da solidariedade intergeracional.....	19
2.12 Princípio do desenvolvimento sustentável	20
2.13 Princípio da intervenção estatal ou defesa compulsória ..	21
2.14 Princípio da participação	21

2.15	Princípio da informação	22
2.16	Princípio da correção na fonte.....	23
2.17	Princípio do acesso equitativo aos recursos naturais.....	24
2.18	Princípio da vedação do retrocesso.....	24
2.19	Princípio da responsabilidade comum, porém, diferenciada ..	26
2.20	Princípio do provedor-recebedor ou protetor-recebedor ..	26
2.21	Princípio da moralidade e o meio ambiente (moralidade ambiental).....	28
2.22	Princípio da ecoeficiência	28
2.23	Princípio do limite ou controle	29

Capítulo 3

Competências ambientais na Constituição Federal		31
3.1	Introdução	31
3.2	Competência legislativa	32
3.2.1	Competência legislativa privativa	32
3.2.2	Competência legislativa exclusiva	33
3.2.3	Competência legislativa concorrente.....	33
3.2.4	Competência legislativa concorrente supletiva	35
3.2.5	Competências municipais.....	36
3.3	Competência material, administrativa ou de implementação ..	37
3.3.1	Competência material comum.....	37
3.3.2	Competência material exclusiva.....	38

Capítulo 4

Política Nacional do Meio Ambiente.....		39
4.1	Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA): considerações gerais.....	39
4.2	Educação ambiental	41
4.3	Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)	42
4.3.1	Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)	43

4.3.2	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).....	45
4.3.3	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).....	45
4.4	Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.....	46
4.4.1	Estabelecimento de padrões de qualidade ambiental..	46
4.4.2	Zoneamento ambiental	47
4.4.3	Avaliação de impactos ambientais (AIA).....	50
4.4.4	Licenciamento ambiental.....	53
4.4.4.1	Considerações gerais	53
4.4.4.2	Licença ambiental	55
4.4.4.3	Competência para o licenciamento ambiental	59
4.4.4.4	Dispensa do licenciamento ambiental.....	65
4.4.5	Incentivos a produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental.....	66
4.4.6	Criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas	67
4.4.7	Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima)	67
4.4.8	Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumento de Defesa Ambiental	69
4.4.9	Penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.....	70
4.4.10	Garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente.....	70
4.4.11	Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais ..	70
4.4.12	Instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros.....	71
4.4.12.1	Concessão florestal	71
4.4.12.2	Servidão ambiental	72
4.4.12.3	Seguro ambiental	74

Capítulo 5

Código Florestal e proteção da vegetação	75
5.1 Introdução	75
5.2 As áreas de preservação permanente	85
5.2.1 APP <i>ex lege</i>	85
5.2.2 APP constituída ou administrativa	88
5.2.3 Regime de proteção da APP	89
5.2.4 Áreas consolidadas em APP	90
5.2.5 Indenização de APP em desapropriação direta	94
5.2.6 APP em área urbana consolidada	94
5.3 Reserva legal	95
5.3.1 Características gerais da reserva legal	95
5.3.2 Regime de proteção da reserva legal	100
5.3.3 Áreas consolidadas em reserva legal	102
5.3.4 Indenização de reserva legal em desapropriação	105
5.4 Principais diferenças entre a área de preservação permanente e a reserva legal	105
5.5 Cadastro Ambiental Rural	106
5.6 Cota de Reserva Ambiental	107
5.7 Mata Atlântica	108
5.7.1 Vegetação primária e vegetação secundária	111
5.7.2 Exploração da Mata Atlântica	111
5.8 Gestão de florestas públicas	117
5.8.1 Concessão florestal	119
5.8.2 Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	122
5.8.3 Serviço Florestal Brasileiro (SFB)	122

Capítulo 6

Sistema Nacional de Unidades de Conservação	123
6.1 Considerações gerais	123
6.2 Órgãos gestores	124
6.3 Grupos e categorias de unidades de conservação	125

6.4	Criação, alteração e extinção de unidades de conservação ..	135
6.5	Limitações administrativas provisórias	137
6.6	Zona de amortecimento.....	138
6.7	Mosaico de unidades de conservação	139
6.8	Compensação ambiental em favor de unidades de conservação.....	140
6.9	Desapropriação de áreas em unidades de conservação...	142
6.10	Reassentamento das populações tradicionais	142

Capítulo 7

Recursos hídricos.....	145	
7.1	Dominialidade	145
7.2	Competências.....	146
7.3	Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)	147
7.4	Outorga.....	149
7.5	Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos	152
7.6	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos..	153
7.7	Comitês de Bacia Hidrográfica	153
7.8	Agências de água	153

Capítulo 8

Patrimônio cultural	155	
8.1	Introdução	155
8.2	Princípios específicos da proteção do patrimônio cultural...	157
8.2.1	Princípio da proteção.....	157
8.2.2	Princípio da intervenção estatal obrigatória.....	157
8.2.3	Princípio da cooperação.....	157
8.2.4	Princípio da função sociocultural da propriedade.....	158
8.2.5	Princípio da fruição coletiva.....	158
8.2.6	Princípio da prevenção de danos.....	158
8.2.7	Princípio da responsabilização.....	159
8.2.8	Princípio do equilíbrio	159

8.2.9	Princípio da participação popular	159
8.2.10	Princípio da funcionalidade compatível.....	159
8.2.11	Princípio pró-monumento	160
8.2.12	Princípio da preservação do sítio e proteção do entorno..	160
8.2.13	Princípio da valorização sustentável	161
8.2.14	Princípio da cidadania cultural.....	162
8.3	Plano Nacional de Cultura	162
8.4	Sistema Nacional de Cultura	162
8.5	Tipos de bens culturais.....	163
8.5.1	Bens culturais materiais e imateriais.....	163
8.5.2	Patrimônio arqueológico ou pré-histórico	164
8.5.3	Patrimônio paleontológico	165
8.5.4	Patrimônio espeleológico	166
8.6	Formas específicas de tutela do patrimônio cultural.....	167
8.6.1	Inventário	169
8.6.2	Registro.....	170
8.6.3	Vigilância	172
8.6.4	Tombamento.....	173
8.6.4.1	Definição.....	173
8.6.4.2	Competência.....	174
8.6.4.3	Natureza jurídica e indenizabilidade do tombamento..	174
8.6.4.4	Espécies de tombamento.....	175
8.6.4.5	Limitações decorrentes do tombamento.....	178
8.6.4.6	Formas de instituição do tombamento	179
8.6.5	Desapropriação.....	180
8.6.6	Quadro comparativo.....	182
8.6.7	Terras de remanescentes de quilombos	182

Capítulo 9

Responsabilidade ambiental.....	185
9.1 Introdução	185
9.2 Responsabilidade ambiental civil	187

9.2.1	Aspectos materiais da responsabilidade ambiental civil..	189
9.2.2	Aspectos processuais da responsabilidade ambiental civil.....	195
9.3	Responsabilidade ambiental administrativa.....	198
9.3.1	Classificação da responsabilidade ambiental administrativa	198
9.3.2	Competência para infrações ambientais administrativas ..	200
9.3.3	Infrações	201
9.3.4	Sanções.....	202
9.3.5	Prescrição.....	205
9.3.6	Processo ambiental administrativo federal.....	207
9.4	Responsabilidade ambiental penal.....	209
9.4.1	Tipo penal ambiental	209
9.4.2	(In)Aplicabilidade do princípio da insignificância ao Direito Ambiental Penal	213
9.4.3	Sujeitos dos crimes ambientais	216
9.4.3.1	Sujeito passivo.....	216
9.4.3.2	Sujeito ativo	217
9.4.4	Penas.....	225
9.4.4.1	Penas para as pessoas físicas.....	225
9.4.4.2	Penas para as pessoas jurídicas	228
9.4.4.3	Dosimetria da pena	230
9.4.4.4	Suspensão condicional da pena.....	234
9.4.4.5	Valor mínimo de indenização fixado pela sentença penal condenatória.....	235
9.4.4.6	Prescrição da pretensão punitiva	236
9.4.5	Ação penal.....	238
9.4.6	Acordos penais	240
9.4.6.1	Transação.....	240
9.4.6.2	Suspensão condicional do processo.....	241
9.4.6.3	Acordo de não persecução penal.....	243
9.4.7	Competência material para o julgamento dos crimes ambientais	243
9.4.8	Apreensão do produto e do instrumento do crime ambiental ou da infração ambiental administrativa....	248

9.4.9	Crimes ambientais em espécie	251
9.4.9.1	Art. 29 da Lei nº 9.605/1998.....	251
9.4.9.2	Art. 30 da Lei nº 9.605/1998.....	255
9.4.9.3	Art. 32 da Lei nº 9.605/1998.....	256
9.4.9.4	Art. 34 da Lei nº 9.605/1998.....	259
9.4.9.5	Art. 37 da Lei nº 9.605/1998.....	261
9.4.9.6	Art. 38 da Lei nº 9.605/1998.....	262
9.4.9.7	Art. 41 da Lei nº 9.605/1998.....	264
9.4.9.8	Art. 42 da Lei nº 9.605/1998.....	265
9.4.9.9	Art. 48 da Lei nº 9.605/1998.....	266
9.4.9.10	Art. 50 da Lei nº 9.605/1998.....	268
9.4.9.11	Art. 50-A da Lei nº 9.605/1998	269
9.4.9.12	Art. 52 da Lei nº 9.605/1998.....	271
9.4.9.13	Art. 54 da Lei nº 9.605/1998.....	272
9.4.9.14	Art. 56 da Lei nº 9.605/1998.....	278
9.4.9.15	Art. 60 da Lei nº 9.605/1998.....	280
9.4.9.16	Art. 62 da Lei nº 9.605/1998.....	281
9.4.9.17	Art. 65 da Lei nº 9.605/1998.....	282
9.4.9.18	Art. 66 da Lei nº 9.605/1998.....	283
9.4.9.19	Art. 69 da Lei nº 9.605/1998.....	285

Capítulo 10

Biossegurança.....	287
10.1 Introdução.....	287
10.2 Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS	292
10.3 Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio...	292
10.3.1 Atribuições	292
10.3.2 Composição e funcionamento.....	293
10.3.3 Atribuições	294
10.4 Órgãos e entidades de registro e fiscalização	295

10.5 Comissão Interna de Biossegurança – CIBio.....	295
10.6 Sistema de Informações em Biossegurança (SIB).....	296
10.7 Responsabilidade civil.....	296
10.8 Responsabilidade administrativa.....	296
10.9 Responsabilidade penal.....	297

Capítulo 11

Biodiversidade, patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	301
11.1 Introdução.....	301
11.2 Conceitos legais.....	302
11.3 Proteção e acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado	303
11.4 Conhecimento tradicional associado.....	304
11.5 Consentimento prévio informado	305
11.6 Direitos das populações indígenas e dos povos tradicionais.....	306
11.7 Acesso, remessa e exploração econômica.....	307
11.8 Repartição de benefícios	310
11.9 Sanções administrativas.....	313
11.10 Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios e do Programa Nacional de Repartição de Benefícios	314
11.11 Regularização de acessos anteriores à Lei nº 13.123/2015..	314

Capítulo 12

Política Nacional de Resíduos Sólidos	317
12.1 Conceito de resíduo.....	317
12.2 Objeto da Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	318
12.3 Objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	318
12.4 Definições	319
12.5 Princípios.....	320
12.6 Planos de resíduos	321

12.7	Plano de gerenciamento de resíduos sólidos.....	323
12.8	Responsabilidades dos geradores de resíduos e do Poder Público	323
12.9	Responsabilidade compartilhada	324
12.10	Logística reversa	324
12.11	Resíduos perigosos	326
12.12	Instrumentos econômicos	327
12.13	Proibições.....	327

Capítulo 13

Agrotóxicos	329	
13.1	Introdução.....	329
13.2	Conceito de agrotóxico.....	330
13.3	Registro de agrotóxicos e de empresas do setor	330
13.4	Proibição de agrotóxicos	331
13.5	Cancelamento e impugnação do registro de agrotóxicos..	332
13.6	Requisitos das embalagens	332
13.7	Propaganda.....	334
13.8	Competências	334
13.9	Responsabilidade civil subjetiva.....	335
13.10	Responsabilidade penal	335
13.11	Responsabilidade administrativa	336

Capítulo 14

Terras indígenas.....	339	
14.1	Considerações gerais.....	339
14.2	Conceito jurídico de índio	339
14.3	Regime jurídico ambiental das terras indígenas	340

Capítulo 15

<i>Compliance</i> ambiental.....	345
----------------------------------	-----

Capítulo 16

Litigância climática	349
----------------------------	-----

Capítulo 17

Política Nacional do Poder Judiciário para o Meio Ambiente.....	351
---	-----

Capítulo 18

Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	357
Referências.....	361